

Os jornalistas no Marcelismo – dinâmicas sociais e reivindicativas

Ana Cabrera

Centro de Investigação Media e Jornalismo

Resumo:

Este artigo analisa as alterações na profissão dos jornalistas no período marcelista (1968-74) e a forma como interferiram no contexto político da época. Assim, é a partir de um levantamento quantitativo deste grupo profissional, quantos são, as idades, habilitação académica que se chega que se analisa e explica as mudanças organizacional, sindical e reivindicativo.

Palavras-chave:

Marcelismo; Jornais; Jornalistas; Movimentos académicos.

Introdução

Os seis anos, em que Marcello Caetano preside ao Conselho de Ministros, correspondem ao período final do Estado Novo que se iniciou em 1933 com Salazar. O período marcelista corresponde a uma época onde, à escala internacional, se observam modificações que não deixaram de pressionar a política portuguesa. Simultaneamente os anos sessenta foram palco de uma transformação no campo da sociedade e da economia que não foram acompanhados por transformações no regime político. Com Marcello Caetano Portugal mantém a

mesma natureza do Estado que Salazar tinha edificado, salpicada aqui e ali por algumas reformas no campo social e na economia que correspondiam à necessidade de uma aproximação à Europa. Para além do mais a guerra colonial iniciada na década de sessenta enquadra, delimita e inviabiliza qualquer alteração política. Não se podia alterar o regime mantendo a guerra colonial.

Ainda assim há alterações no tecido social cuja evolução é aqui apresentada a propósito dos jornalistas.

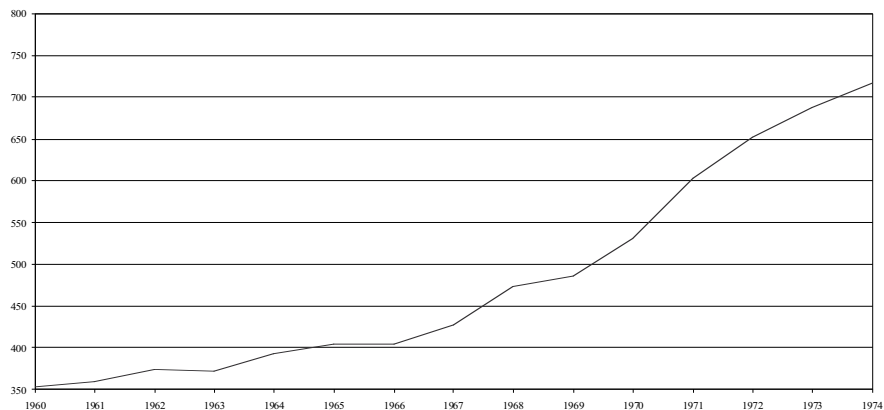
O ponto de partida deste trabalho foi a construção de duas Base de Dados: uma que considerava o total de jornalistas e outra centrada num estudo prosopográfico das redacções de alguns jornais¹ que se publicavam em Portugal no período entre 1960 a 1974.

As Bases de Dados foram realizadas a partir de diversas fontes disponíveis no Arquivo do Sindicato dos Jornalistas: *Mapas de Salários e Quotizações*, *Caixas dos Processos Individuais de Jornalistas* reformados, falecidos ou que mudaram de profissão. Enquanto uma relacionou o total de jornalistas por jornal para cada ano. A outra recenseou um total de 495 jornalistas para um universo de 717 jornalistas em 1974. Na concepção desta última foram considerados os seguintes campos: nome, número de sócio, data de nascimento, género, data de início da profissão, idade e jornal onde iniciou a profissão, habilitação académica², vencimento ordinário e extraordinário. O cruzamento destes dados permitia devolver um conhecimento diversificado e relacional da situação dos jornalistas no período em estudo e em cada jornal considerado.

Foram também realizadas vinte e uma entrevistas³ a jornalistas das redacções de diversos periódicos bem como a outros profissionais considerados indispensáveis para o conhecimento dos assuntos em estudo. A informação adquirida com base nas entrevistas foi fundamental para a compreensão dos processos de trabalho, da actividade reivindicativa e das expectativas profissionais.

Aumento do número de jornalistas entre 1960-74

No período entre 1960 e 1974 o número de jornalistas duplicou: passou de um total de 353 no ano de 1960 para 717 em 1974, o que corresponde a um aumento de 103,1%. Ainda assim verifica-se que incidência do maior do número de jornalistas se concentra e coincide com o período de 1968-74 que corresponde à governação de Marcelo Caetano enquanto Presidente do Conselho de Ministros. É neste período que o total de jornalistas passa de 473 para 717, o que corresponde a um aumento de 51,6%. Por outro lado, o período entre 1960-68 corresponde a um crescimento médio anual de 3,8%, ao passo que entre 1968-74 foi de 8,6%.

Gráfico 1 - Total de Jornalistas (1960-1974)

Este crescimento teve efeitos nos diversos jornais e fez-se sentir mais numas redacções do que noutras. Enquanto o *Diário de Notícias* apresenta sempre um crescimento moderado de 44% no período entre 1960-74 e 35,4% no período 1968-74, n' *O Século* esses valores são muito superiores 145,2% entre 60-74 e 110,2% entre 68-74, neste período o crescimento médio foi de 18,4%.

O vespertino *Diário Popular* foge um pouco a esta regra dado que o crescimento da redacção está concentrado no período entre 1960-68 com uma percentagem de 96,2 e um crescimento médio anual de 10,7 para igual período.

Já o *Diário de Lisboa* apresenta um crescimento acentuado de 100% entre 1960-74 sendo que 35,3% corresponde ao período entre 68-74. As condições específicas do *República* justificam que o crescimento da redacção esteja concentrado entre 1968-74 com uma percentagem de 337,5%. No *Jornal de Notícias* observamos um crescimento de 126,9% no período entre 1960-74 e 43,9% concentrados no período entre 1968-74.

Quadro 1 - Jornalistas por redacção entre 1968-74¹

Jornal	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Cresc. médio anual %
<i>Diário de Notícias</i>	48	54	54	59	62	60	65	5.9
<i>Diário da Manhã</i>	30	30	28					–
<i>Época</i>				51	46	45	36	–
<i>Diário Popular</i>	51	49	51	50	52	51	51	0.0
<i>Diário de Lisboa</i>	34	35	40	35	32	44	46	5.9
<i>A Capital</i>	28	31	37	50	45	48	49	12.5
<i>República</i>	8	9	9	9	18	25	35	56.3
<i>Expresso</i>						5	4	–

¹ Fonte: Base de Dados total de Jornalistas 1960-74; Base de Dados Redacções dos Jornais 1960-1974

Só os jornais do regime fogem a esta regra: o *Diário da Manhã* tem em 1970 o mesmo número de jornalistas que em 1960 e a *Época* que lhe sucede em 1971, diminui o número de profissionais entre 1971 e 1974, (somatório da redacção do *Diário da Manhã* com o jornal *A Voz*), passa de 51 para 36 jornalistas.

O aumento do número de jornalistas ao longo dos anos 60 e sobretudo a concentração deste crescimento no período entre 1968-1974, deve-se principalmente a três razões: aumento do número de publicações e de agências de informação; alterações nos quadros legais que sucessivamente conferem estatuto de jornalista⁴ a novas publicações; oferta de maior número de páginas por jornais e maior diversidade de suplementos, em resultado da cobertura de mais assuntos e temas que habitualmente não faziam parte da agenda noticiosa no período anterior a 68.

De facto, a alteração na chefia do Governo, associada à política e estratégia de informação marcelista, cria uma expectativa pública que se consubstancia na necessidade de uma maior informação por parte dos jornais. A Imprensa passa também a ter, sobretudo até 1972⁵, condições de ampliar e renovar a informação, com a publicação de novos temas nacionais e internacionais, críticas comentários e reportagens, acerca de assuntos que, até aí, não eram habituais na Imprensa.

O aumento do número de jornalistas tem efeitos na descida da média de idade, no aumento das habilitações literárias, na quantidade de mulheres que acedem à profissão e no desenvolvimento de atitudes reivindicativas e participação sindical da classe.

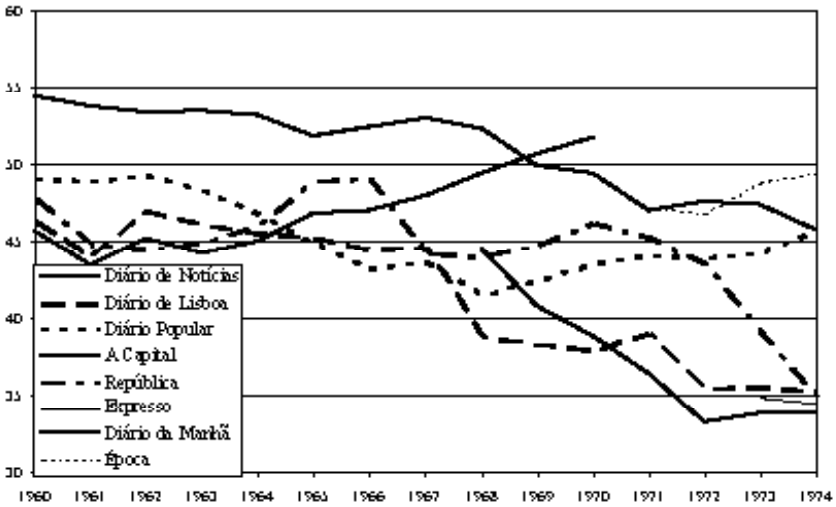
Diminuição da média de idades

A média de idades diminui à medida que aumenta a demanda de mais mão-de-obra. Entre 1960 e 1974 a maioria dos jornais viu a sua média de idade descer dez anos. Ainda assim este efeito faz-se sentir de forma mais rápida nuns jornais do que noutros.

O *Diário de Notícias* é o jornal que parte da média de idades mais elevada, 54 em 1960, passa 52 em 1968 e desce para 46 anos em 1974. Neste jornal o recrutamento de novos jornalistas baseava-se, sobretudo, na contratação de seniores e a admissão de estagiários só se intensifica a partir de 1969. Nesta altura o jornal tem quatro estagiários e passa para oito em 1974.

Pelo contrário o *Diário de Lisboa* é o jornal que parte da média de idades mais baixa 46 anos em 1960. Sofre uma descida acentuada a partir de 1968, altura em que a média de idades passa para 39 anos e chega aos 35 em 1974. As reestruturações a que o jornal foi obrigado forçaram-no a novos recrutamentos feitos sobretudo à custa da admissão de estagiários – de sete em 1968 passa para catorze em 1974.

Gráfico 2 - Média de Idades (1960-1974)

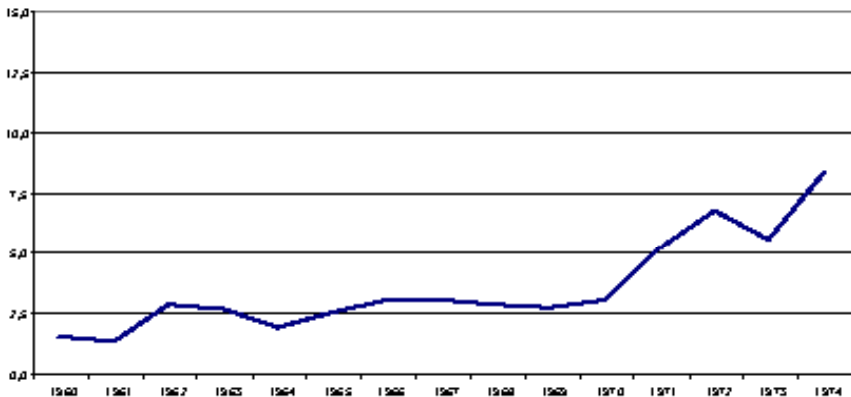


O recrutamento de jornalistas teve impacto em todas as categorias profissionais mas foi sobretudo a admissão de estagiários que mais contribuiu para a descida da média de idades. De uma forma geral enquanto a média de idades dos redactores se situava entre os 50 e os 40 anos, os repórteres entre os 30 e os 40 anos, os estagiários situavam-se, normalmente numa média de 20 anos.

Aumento do número de mulheres nas redacções

A profissão de jornalista era eminentemente masculina. É no princípio da década de setenta que esta situação se altera progressivamente.

Gráfico 3 - % de Mulheres nas Redacções (1960-1974)



O gráfico revela o crescimento do género feminino nas redacções com algumas descontinuidades entre 1960 e 1964; estabilidade entre 1966 e 1970, seguido de crescimento contínuo a partir de 1972 e acelerado a partir de 1974.

O número de mulheres por redacção varia de jornal para jornal. Em 1960, são duas as jornalistas que trabalhavam em oito jornais de Lisboa. Em 1968 este número eleva-se para seis, catorze em 1970 e vinte seis em 1974.

Neste período de 14 anos o *Diário de Notícias* tem três; o *Diário Popular* admite a primeira jornalista em 1965 e, em 1974 emprega três. Em 1966 o *Diário de Lisboa* admite a primeira jornalista mas, em 1974 são já cinco as jornalistas que fazem parte da redacção. A *Capital* é o jornal que mais mulheres contrata: de sete em 1971 passa para dez em 1974.

A entrada de mulheres nas redacções foi um processo lento. Elas foram, durante muito tempo, arredadas da actividade jornalística propriamente dita. A sua entrada nas redacções contou com a oposição do sector masculino (Entrevistas a Manuela Alves e Antónia de Sousa). Por um lado, pela perturbação que causavam, relacionada com a contenção de atitudes e de palavras a que se obrigavam os jornalistas na sua presença. Por outro lado, pelo desconforto explicado pela falta de hábitos de convívio entre mulheres e homens.

Nas universidades as mulheres eram ainda muito poucas, raras mesmo, em certos cursos e davam os primeiros passos, no início dos anos 60, num convívio baseado no respeito e na camaradagem e numa relação em pé de igualdade com os homens. A Imprensa académica do início desta época devolve uma preocupação justamente com este convívio e uma necessidade de chamar o sector feminino ao trabalho associativo (*Quadrante* 1960-1962). Os anos sessenta marcam assim o início de uma revolução comportamental e, o acesso à Universidade, aliado ao trabalho associativo, teve aí um papel fundamental em determinadas camadas sociais, tanto mais que, quer nas escolas do ensino básico, quer nas escolas de ensino secundário, técnico e comercial praticava-se a separação por sexos.

Neste contexto, não era estranho que numa profissão como a de jornalista, as mulheres fossem mal recebidas. O jornalismo era uma profissão com horários nocturnos, sobretudo jornais nos matutinos, e sempre associada a uma certa boémia favorecida pelos mesmos horários.

O estatuto de jornalista, que era dado pelo trabalho em jornais diários e pela inscrição no Sindicato Nacional de Jornalistas, era atractivo pelas regalias tanto em termos salariais, como assistenciais. Algumas mulheres, mesmo não trabalhando directamente nas redacções, tiveram acesso a esse estatuto em épocas anteriores aos anos 60. Mas foi de facto ao longo dos anos 60, particularmente a partir de 1968, numa conjuntura de aumento de procura de mão-de-obra mais qualificada e de uma oferta ainda restrita, que as mulheres começam a ser aceites nos jornais

e se começa a generalizar a sua actividade no trabalho de redacção. Ou seja, passa-se de um trabalho de colaboração externa, ou de localização fora da redacção, e de distribuição de trabalho centrado em assuntos tradicionalmente femininos, onde se incluía o secretariado, para uma actividade centrada na redacção com distribuição de trabalho idêntico ao do homem.

A partir de 1968, observa-se uma certa aceleração neste processo que vai conduzir a um aumento substancial de mulheres nas redacções a seguir ao 25 de Abril. Pode por isso ser considerado que a feminização das redacções teve o seu início no fim dos anos 60, aumenta a partir de 1968 e entra num crescimento constante a partir de 1974. Longe ainda de situações próximas da paridade numérica, foi, na verdade, no princípio dos anos 70 que se iniciou o processo de entrada de mulheres nas redacções sem restrições, associada à igualdade na distribuição de trabalho entre homens e mulheres, já que em matéria salarial não havia distinções. Curiosamente Contrato Colectivo de Trabalho de 1966 estipula pela primeira vez um regime de faltas que beneficia a mulher, conferindo às grávidas licença de um mês no último período da gravidez sem desconto no vencimento. E no Contrato Colectivo de Trabalho de 1971 as faltas por ocasião do parto são alargadas para dois meses sem perdas de regalia ou vencimento.

O aumento do número de mulheres por redacção e o crescimento da sua importância no conjunto do trabalho jornalístico é de tal forma significativo que a direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas, eleita em 1970 para um triénio, tem duas jornalistas Manuela Alves e Margarida Silva Dias, as primeiras sindicalistas deste sector.

Alteração nas habilitações literárias

A habilitação literária dos jornalistas reflecte o estado geral da sociedade portuguesa dos anos 60 que se caracterizava por um baixo nível de escolaridade, um índice reduzido de frequência universitária. A situação era de tal forma preocupante que o próprio aparelho de Estado se debate com dificuldades na execução de projectos, por falta de quadros, como foi notório nos Planos de Fomento, ou sempre que o país se confrontou com projectos de âmbito internacional (Barreto: 1996; 2000)

Os jornalistas enquanto grupo profissional defrontavam-se com a enorme contradição – a de trabalharem na divulgação de assuntos e acontecimentos através da escrita, expressão de uma forma de cultura, e de se caracterizarem, simultaneamente, por uma baixa escolaridade.

O primeiro Contrato Colectivo de Trabalho de 1951 não faz sequer menção às habilitações necessárias ao ingresso na profissão. Demonstra a pouca importância que se atribuía à formação escolar dos jornalistas. Só o Contrato Colectivo de

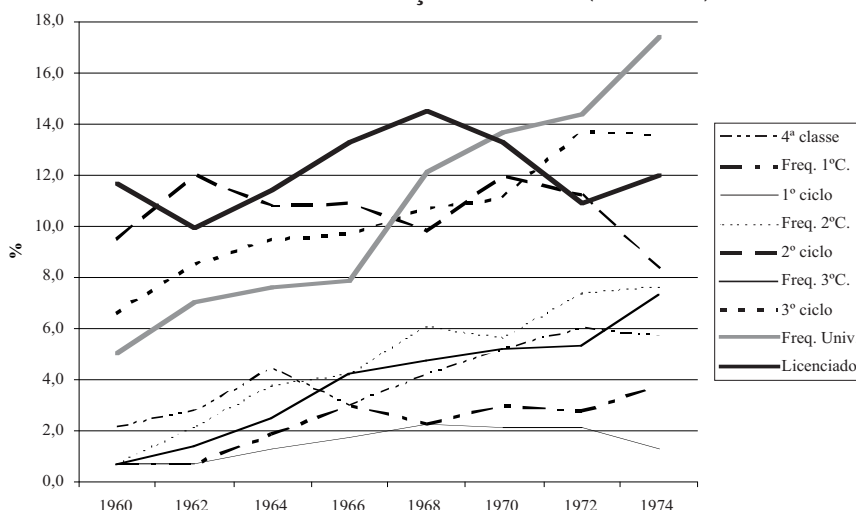
Trabalho de 1966 menciona, pela primeira vez, habilitações para o exercício da profissão e fixa como indispensável o 2º Ciclo dos Liceus ou equivalente. A questão é que à medida que aumentava a procura de jornalistas, não crescia proporcionalmente a oferta de mão-de-obra qualificada. Esta situação só se virá a inverter a partir de meados dos anos 60, com a contratação de pessoal mais habilitado. E reflecte, simultaneamente, as mudanças sociais em curso que embora tímidas se consubstanciam no aumento da frequência universitária (Barreto: 1996; 2000)

Por fim, o Contrato Colectivo de Trabalho de 1971 exige como habilitação mínima o 3º Ciclo dos Liceus mas só para as novas admissões, considerando ainda excepções que deviam ser apreciadas por uma comissão especializada de âmbito sindical.

Antes de 1966 os jornalistas não eram obrigados à declaração da habilitação. A entrada em vigor do Contrato Colectivo de Trabalho de 1966, obrigou a direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas a um maior rigor na observação da declaração da habilitação literária por parte dos seus associados.

Naturalmente o conhecimento acerca da habilitação literária dos jornalistas de que hoje dispomos enferma desta falta de informação, daí que a percentagem de profissionais com habilitação desconhecida não pode deixar de ser significativa. Em 1960 não era conhecida a habilitação de 62% dos jornalistas. Esta percentagem é de 46,8% em 1964, 31,1% em 1968 e 22,7% em 1974. Embora a percentagem de jornalistas nesta situação diminua ao longo dos anos 60 ela está obviamente associada aos mais baixos graus de escolaridade.

Gráfico 4 - Habilitações Literárias (1960-1974)



O gráfico demonstra que a escolaridade dos jornalistas muda entre 1960 e 1970. Não só porque aumenta a contratação de jornalistas mais habilitados por imposição dos Contratos Colectivos de Trabalho, mas também pela necessidade de mão-de-obra mais especializada e mais adequada às exigências da produção jornalística.

Observa-se então uma tendência para a estabilização e mesmo redução de profissionais com uma escolaridade inferior ao 2º Ciclo, que era de 14,9% em 1968 e aumenta a contratação de profissionais com o 3º ciclo completo. Estes ultrapassam os 10% em 1966. Neste ano verifica-se que os profissionais com habilitação abaixo do 2º Ciclo são 22,9%, ao passo que os que usufruem de habilitação acima do 3º Ciclo se situam nos 35,1%. Mas, a situação mais interessante verifica-se a partir de 1967 que é, nitidamente, um momento de viragem. Nessa altura verifica uma ligeira diminuição de licenciados, que passam de 14,5% em 1968 para 12% em 1974, acompanhada de um aumento claro do ingresso de jovens com frequência universitária que passam de 12,1% em 1968, para 17,4% em 1974.

Atitudes reivindicativas e participação sindical

A subida de Marcello Caetano ao poder cria expectativas na sociedade portuguesa e o meio jornalístico não deixa de aproveitar a oportunidade de colocar na ordem do dia a questão da liberdade de Imprensa. Logo em Setembro de 1968, e na véspera da tomada de posse de Marcello Caetano como Chefe do Governo, circula um manifesto pedindo a abolição da censura, destinado a ser assinado por todos os jornalistas profissionais.

Nessa altura Jorge Tavares Rodrigues (cf. C311. Antunes: 1985) negociou junto de Pereira da Costa⁶ a garantia no retardamento da circulação da petição, alegando para o efeito, a inconveniência face à situação do Presidente do Conselho que estava no início de funções.

Em Maio de 1969 circula um outro abaixo-assinado que foi subscrito por 171 jornalistas das redacções de Lisboa e Porto. Nele se solicita à Direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas a convocação de uma assembleia-geral extraordinária, para debater a posição da classe face à nova lei de Imprensa.

Desta iniciativa surgiu uma comissão que redigiu um Projecto de Lei de Imprensa que depois foi aprovado pela classe em assembleia-geral em Janeiro de 1970. Os jornalistas delegam também na Comissão da Lei da Imprensa a elaboração de um programa para divulgar, defender e pugnar pela liberdade de Imprensa. Essa comissão era constituída por José Carlos Vasconcelos, Presidente e jornalista do *Diário de Lisboa*, João Arnaldo Maia jornalista d'O Comércio do Porto, Adelino Cardoso e José Manuel Rodrigues da Silva do *Diário Popular* e Manuela Marques Alves do *Novidades*.

A posição dos jornalistas encontrava-se assim claramente definida no início de 1970. A classe rejeitava a censura e defendia a liberdade de expressão de pensamento. A iniciativa resultava, assim, numa jogada de antecipação, tanto à Assembleia Nacional, como ao próprio Governo que só mais tarde apresentou uma proposta de lei de Imprensa. Mas havia ainda uma outra situação que se vai clarificar ao longo do ano de 1969: o desajustamento entre o sentir da classe e a direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas.

Os Sindicatos Nacionais foram criados pelo Estado Novo em 1934 e eram organizações que tinham a finalidade de controlar os trabalhadores e todos os processos laborais a eles associados. A própria direcção eleita tinha que ser aprovada pelo subsecretário das Corporações e Previdência Social.

Os compromissos internacionais assumidos por Portugal no que respeita à ratificação da convenção n.º 98º da Organização Internacional do Trabalho, sobre o direito de organização e negociação colectiva, obrigaram a uma alteração das leis que regiam as eleições sindicais. Foi neste contexto que o sistema de homologação das direcções eleitas foi substituído por um sistema de legitimação prévia, e de recondução à via judicial de todo o contencioso eleitoral.

A modificação do quadro legal propiciou alterações significativas nas listas, que doravante, se candidatarão às direcções de alguns sindicatos nacionais. É exactamente o que se verifica no Sindicato Nacional de Jornalistas. A eleição foi marcada para dia 23 de Fevereiro de 1970 para o triénio 1970-1972 e foi eleita pela primeira vez, desde a implantação do Estado Novo, uma direcção de esquerda para o Sindicato Nacional dos Jornalistas presidida por Manuel Maria da Silva Costa que tomou a seu cargo a luta pelo fim da censura e pela liberdade de Imprensa.

Nota-se portanto que às mudanças quantitativas a que os jornalistas foram sujeitos se juntaram alterações qualitativas que propiciaram comportamentos organizativos e reivindicativos por parte da classe.

Conclusão

Provenientes em grande número do meio universitário português e dos últimos anos dos liceus, os novos jornalistas participaram, foram influenciados ou tiveram um conhecimento próximo dos movimentos académicos nas universidades ou nos liceus. A este propósito podem ser inventariadas três gerações com diferentes experiências académicas e com influências ideológicas distintas. A primeira geração é a que viveu a crise académica de 1961-62, a segunda a crise académica de 1965 e a terceira as movimentações da crise de 1969.

A consciência política da geração de 1961-62 mergulha nos efeitos da campanha das presidenciais de Humberto Delgado. É uma geração cujo centro de gravidade se situava no vasto território da oposição ao regime e que congregava em seu

torno uma amálgama pouco definida do ponto de vista ideológico – católicos, republicanos, comunistas. As suas reivindicações estruturam-se em torno dos direitos de autonomia da universidade e consubstanciam-se numa série de acções públicas que abrangem as academias de Lisboa, Coimbra e também do Porto, embora com uma representação mais restrita. A repressão que acompanhava e se seguia a estas iniciativas não pode ser secundarizada nos efeitos que teve em matéria de consciencialização dos universitários. Ela gerou movimentos de solidariedade e greves nas academias que tiveram o condão tornar o movimento estudantil mais conhecido, pelas intervenções policiais, pelas detenções e expulsões de estudantes da universidade, pela suspensão dos dirigentes associativos e pelo encerramento de determinadas instalações universitárias.

No período seguinte, o movimento estudantil vive o rescaldo da repressão e dos diplomas legais que cerceavam os seus direitos e as suas perspectivas de trabalho e que tiveram como condão o alargamento da base social de apoio ao Movimento Associativo, acompanhado de um progressivo aumento da participação feminina nos movimentos académicos. Mas, no campo reivindicativo, há uma nítida inflexão de objectivos de luta que se estruturam a partir de 1964. Então passa-se das reivindicações estudantis e associativas para a contestação directa aos aspectos mais sensíveis do regime: luta contra a guerra colonial, pela liberdade e pela libertação dos presos políticos (Garrido: 1996; Duarte: 1997).

O regime procede, em 1965, a uma decapitação do Movimento Associativo, com sucessivas prisões e sequente envio compulsivo para a guerra de África dos estudantes presos. A luta estudantil radicaliza-se e com ela cresce a repressão e as acções policiais. Este período deu ainda maior visibilidade às arbitrariedades do poder político, agora frontalmente contestado em toda a linha. Mas, a imposição de Comissões Administrativas empurrou simultaneamente o movimento associativo para a esfera de uma actividade quase clandestina. Ainda assim, nesta altura, as formas de luta direccionam-se para as questões de natureza pedagógica – métodos de ensino, condições de trabalho e relação pedagógica.

A acção desta geração está presente na forma inteligente com inflectiu estratégias de luta, mas, também, na capacidade de solidariedade e de organização que revelou no apoio prestado às populações, a propósito do temporal que assolou Lisboa e o Vale do Tejo em 1967. Esta última iniciativa teve o condão de alargar a consciência estudantil ao reconhecimento da miséria em que parte dos portugueses viviam e aumentar a sua esfera de acção.

A crise de 1969 surge já no contexto do marcelismo. Já tinham ocorrido em França os acontecimentos do Maio de 1968. O meio universitário está dividido em torno de uma multiplicidade de tendências políticas que vão dos comunistas aos maoístas. Esta diversidade ideológica tem efeitos nas novas reivindicações estudantis. O movimento estudantil politizou-se muito mais e radicalizou-se à

esquerda. Às antigas reivindicações pela liberdade, autonomia universitária, direitos dos estudantes juntam-se agora as palavras de ordem que põe em causa o regime no contexto da luta contra o sistema capitalista e contra os imperialismos.

Esta crise que atravessa todo o período marcelista vai ter repercussões na Imprensa no período a seguir a 1972 e mais fortemente de 1973 em diante e grande parte dos efeitos nas redacções dos jornais só vai ser visíveis no período a seguir ao 25 de Abril.

Ao longo de catorze anos vão sucessivamente ingressando na profissão jovens saídos das universidades. Uns com experiência directa no Movimento Associativo, outros que estabeleceram contactos e receberam influências dessas movimentações – todos eles unidos por um laço comum, sobretudo os homens que eram a maioria nas redacções: a guerra de África que marcava o seu horizonte de vida, a liberdade de acção, a liberdade de expressão e a contestação geral ao regime.

Não menos importante é a escolha da profissão. Vedado que estava a muitos deles o prosseguimento de uma carreira na Função Pública, a profissão de jornalista consubstanciava a necessidade de participar e a possibilidade de mudar a sociedade. Era uma forma de intervenção que dava continuidade às suas experiências académicas e onde podiam aplicar os saberes acumulados na gestão dos conflitos universitários e nos jornais académicos.

Por isso, já nos finais de 1969, quando são alteradas as leis de aprovação das direcções sindicais, havia condições internas na classe dos jornalistas para preparar uma lista de esquerda, eleita para o triénio 70-72, a que se seguiram outras sempre de esquerda. Por isso também a classe está em condições de liderar, a partir de 1969, abaixo-assinados de apoio à liberdade de Imprensa e a uma nova lei que a consubstancie. Por isso também o sindicato tem então condições para redigir uma proposta de lei de Imprensa e para desencadear uma série de acções que tornam pública as suas intenções.

Estas sucessivas gerações deixam, por isso, marcas profundas no jornalismo, na organização dos jornalistas enquanto classe e no sucesso progressivo das suas reivindicações sindicais.

Notas

¹ Foram seleccionados os seguintes jornais diários de informação política geral: *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *A Capital*, *Diário de Lisboa*, *República*, *Diário da Manhã*, *Época* e *Expresso*.

² Para a habilitação literária foram considerados os seguintes campos: 4ª Classe, frequência do primeiro ciclo ou equivalente, primeiro ciclo ou equivalente, frequência do 2º ciclo ou equivalente, 2º ciclo ou equivalente, frequência do 3º Ciclo ou equivalente, 3º Ciclo completo, frequência do Ensino Superior e licenciatura (direito, história, línguas, economia, sociologia, antropologia, psicologia, engenharias, veterinária, medicina, belas artes, filosofia, agronomia, biologia e geografia).

³ Para este artigo foram seleccionados os contributos de nove depoimentos por estarem mais relacionados com o movimento associativo, reivindicações ou alterações no estatuto profissional.

⁴ Os indivíduos cuja profissão se desenvolve num jornal, na recolha e redacção de notícias ou de outros géneros jornalísticos como crónica, reportagem, entrevista, inquérito, não têm todos o estatuto de jornalistas. Este estatuto, regulamentado a partir de 1939, identifica como jornalista quem paga quota ao Sindicato e exerça, simultaneamente, a profissão em jornais diários ou agências noticiosas. Em 1972 o estatuto é alargado a profissionais com actividade nos jornais desportivos de publicação bissemanal ou superior.

⁵ Altura em que entra em vigor a nova Lei de Imprensa.

⁶ Pereira da Costa era jornalista no *Diário de Notícias* e na altura presidia ao Sindicato Nacional de Jornalistas.

Fontes

Arquivo do Sindicato dos Jornalistas

Dossier Lei de Imprensa 1968-72. Volume I e II

Pasta n.º 1 Comissões de eleições: *Comissão de Eleições 1970-1975*.

Pasta dos Contratos Colectivos de Trabalho: *Contrato Colectivo de Trabalho de 1966. Contrato Colectivo de Trabalho de 1971*.

Caixa dos Processos Individuais de Jornalistas;

Mapas de Salários e Quotizações de 1960-1974

Base de Dados

Base de Dados total de jornais e jornalistas 1960-1974

Base de Dados Redacções dos Jornais 1960-1974

Imprensa Académica 1960-1962

Quadrante (Jornal da Associação Académica da Faculdade de Direito)

Imprensa diária 1960-1974

Diário de Notícias, Diário Popular, A Capital, Diário de Lisboa, República, Diário da Manhã, Época; Expresso.

Testemunhos orais de jornalistas

Manuela Alves; Antónia de Sousa; Acácio Barradas; Daniel Ricardo; Francisco Pinto Balsemão; Rodrigues da Silva. António Joaquim dos Santos; Daniel Ricardo; José Carlos de Vasconcelos.

Bibliografia

- Antunes, José Freire (Ed.) (1985) *Cartas particulares a Marcello Caetano*. Lisboa, Publicações Don Quixote.
- Cabrera, Ana (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, Fernando. (1997). *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Barreto, António (Org.) (1996). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Barreto, António (Org.) (2000). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Duarte, Marta Benamor (1998). "A crise de 1962 – direito à autonomia associativa", *História*, 4-5, pp. 50-101
- Duarte, Marta Benamor (1999). "A crise académica de 1969 em Lisboa e em Coimbra". In Cândida Proença (Ed.) *Maió de 1968 trinta anos depois*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ferro, João Pedro (Ed.) (1996) *A primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*. Lisboa: Editorial Presença.
- Garrido, Álvaro (1996). *Movimento estudantil e crise no Estado Novo*. Coimbra: Minerva Editora.
- Lourenço, Gabriela, Costa, Jorge, Pena, Paulo (2001). *Grandes planos. Oposição estudantil à ditadura 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora.
- Reis, António (1990). "A abertura falhada de Caetano". In *Portugal Contemporâneo (1958-74)*. António Reis. ed., Vol.5. Lisboa: Publicações Alfa.
- Rosas, Fernando (1999). "Estado Novo Universidade e depuração política do corpo docente". In *Maió de 1968 trinta anos depois*. Cândida Proença ed., Lisboa: Edições Colibri.
- Rosas, Fernando. (1999). "O Marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo". In *Do Marcelismo ao fim do império*. Brandão de Brito ed., Lisboa: Círculo de Leitores.
- Torgal, Luís Reis (1999) *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva Editora
- Veríssimo, Maria Helena Angelo (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40. Uma elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva.